

Interdisciplinaridade teórico-metodológica: o universo das representações de Peirce e Moscovici

Theoretical-methodological interdisciplinarity: the universe of representations from Peirce and Moscovici

Katiusa Stumpf¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-003-3641-1066>

Autor para correspondência/Mail to: Katiusa Stumpf, katiustumpf.ks@gmail.com



Copyright © 2020 Stumpf. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-Compartilhalgal 3.0 Não Adaptada. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

Introdução: Apresenta uma abordagem sobre a interdisciplinaridade teórico-metodológica como proposta para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito das ciências sociais aplicadas, especificamente: ciência da informação. Neste artigo são abordadas algumas teorias de diferentes áreas do conhecimento, incluindo o pragmatismo semiótico que tem como base a Lógica e a Filosofia, a teoria das representações sociais que surge da Psicologia Social, a Teoria da Construção Social da Realidade vinculada à Sociologia.

Objetivo: consistiu em verificar qual a relevância de algumas teorias abordadas conjuntamente na realização de pesquisas no âmbito da Ciência da Informação.

Metodologia: neste artigo destaca-se o pragmatismo semiótico, sendo este apresentado como caminho de leitura e consequente análise dos processos pelos quais os signos são construídos, considerando linguagem como representação. A proposta está fundamentada principalmente no pensamento de Charles Sanders Peirce, tal qual foi analisada em seu conjunto de ideias continuamente revisadas pelo autor no decorrer de sua vida. Esse artigo trata fundamentalmente do estudo de teorias conjuntas, formuladas em áreas do conhecimento diferentes entre si.

Conclusão: conclui-se que tais abordagens usadas conjuntamente são possíveis e pertinentes, embora o uso conjunto das teorias envolvidas requeira muito cuidado do autor em seus relacionamentos e propósitos.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Teorias Metodológicas; Representações Sociais; Pragmatismo Semiótico.

Abstract

Introduction: it presents an approach about the theoretical-methodological interdisciplinarity as a suggestion for research developments on the scope of applied social sciences, specifically: information science. In this article some theories from different areas of knowledge are addressed, including the semiotic pragmatism based on Logic and Philosophy, the theory of social representations that arises from Social Psychology, the Theory of Social Construction of Reality linked to Sociology.

Objective: the purpose consisted of verify the relevance of some theories approached together in researches related to Information Science.

Method: this article highlights the semiotic pragmatism, which is presented as path of reading and analysis of the process in which the signs are built, considering the language as a representation. The proposal is based mainly in the ideas of Charles Sanders Pierce, which were analysed in its set of ideas constantly reviewed by the author during his life. This article covers essentially the study of joint theories, formulated in different areas of knowledge.

Conclusions: the conclusion is that the approaches used jointly are possible and relevant, yet to use the theories together demands the author to be very careful in his correlations and proposals.

Keywords: Interdisciplinarity; Methodological Theories; Social Representations; Semiotic Pragmatism.

INTRODUÇÃO

Neste artigo são abordadas algumas teorias de diferentes áreas do conhecimento, incluindo o pragmatismo semiótico que tem como base a Lógica e a Filosofia, a teoria das representações sociais que surge da Psicologia Social, a Teoria da Construção Social da Realidade vinculada a Sociologia, tudo isso para fundamentar teoricamente e metodologicamente pesquisas que possam ser desenvolvidas no âmbito da Ciência da Informação que, inclusive, pode ser considerada um desmembramento, (ou um “braço”), das ciências sociais aplicadas. Trata-se de um estudo teórico que abrange as teorias das representações sociais, da construção social da realidade e do pragmatismo semiótico.

Relacionando alguns pontos dessas teorias, é formulada a hipótese de que todas elas podem auxiliar teoricamente na elaboração de um projeto de pesquisa. Por isso, neste estudo, objetivou-se verificar qual a relevância de algumas teorias abordadas conjuntamente na realização de pesquisas no âmbito da Ciência da Informação.

Com isso, parte-se do pressuposto de que o pragmatismo semiótico pode contribuir à Ciência da Informação, pois pode-se dizer que, para entender esse universo de signos e significados, é necessário atentar para os processos de linguagens e representação. É fundamental entender a representação como um conteúdo apreendido pelos sentidos, pela memória, pela imaginação, pelo pensamento. Ou seja, a teoria geral dos signos contempla a forma do complexo processo do pensamento, que, por sua vez, resulta na representação verbal do pensamento. Daí destaca-se a semiose como processo do pensar e a teoria geral dos signos como precedente das representações sociais, pois apenas aquele que consegue pensar consegue representar verbalmente seus pensamentos, suas

reflexões, suas ideias originais (*insights*), conhecimento da realidade que os cercam. Seja representação de senso comum (aquilo que todos sabem, que está “na língua do povo”), seja representação reificada (especializada, a opinião de um especialista, de um profissional sobre sua profissão, por exemplo).

Assim, pode-se entender a semiótica de Peirce (2000) como a teoria geral dos signos ou teoria geral das representações, pois, quando se fala em pragmatismo semiótico, também se está adentrando uma abordagem que vai além do processo sógnico do pensar, e compreende as representações do conhecimento. Quanto às representações sociais de Serge Moscovici, entende-se que se trata de teoria já bem inserida no âmbito das ciências sociais aplicadas, assim como o processo de construção social da realidade, consolidado por Peter Berger e Tomas Luckmann, bem como as contribuições de Norbert Elias.

Entretanto, relacionar essas teorias sociais com uma teoria lógica e filosófica para atender um objetivo final é um desafio interdisciplinar, justamente por envolver várias áreas do conhecimento. Isso pode ser feito e se justifica a medida que todos os autores adotados para o estudo tratam de representações. Cada qual, a sua forma e abordagem teórica, pode contribuir metodologicamente na análise das representações encontradas nos discursos dos participantes de uma pesquisa. Portanto, pode-se inferir que o conjunto teórico metodológico apresentado neste trabalho contribuirá muito para o desenvolvimento de pesquisas futuras no âmbito da Ciência da Informação, pois trata-se de uma abordagem interdisciplinar enriquecedora, diferentemente da comumente abordagem voltada apenas para os métodos, sem vínculo teórico que projete verdadeiro significado para os resultados encontrados nas pesquisas no campo da Ciência da Informação, uma área que pode ser considerada bastante tecnicista justamente pela falta de abordagens teoricamente fundamentadas.

Vale salientar também a relevância em se buscar conhecer a teoria metodológica que será adotada em uma pesquisa, diretamente “na fonte”, ou seja, na área da qual a teoria nasceu e se estruturou, utilizando as obras de autores considerados “pais das teorias”, seus fundadores. Neste caso, para a construção deste trabalho, considerou-se o estudo da Teoria das Representações Sociais por meio de uma disciplina ofertada pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia, na UFSC, bem como o estudo da Teoria da Construção Social da Realidade e o Processo Civilizador discutidos em vários encontros do grupo de pesquisa GRITS, no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, na UFSC, e, por fim, o estudo da Teoria do Pragmatismo Semiótico por meio de disciplina ofertada no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, na Unesp.

Assim, se este artigo conseguir ser inspirador e indicar caminhos de estudos interdisciplinares, terá cumprido sua função e será uma forma de contribuir ao conhecimento.

INTERDISCIPLINARIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA

Antes de mais nada, é essencial o entendimento do título atribuído a este artigo. A interdisciplinaridade é uma abordagem científica que está em processo de construção e desenvolvimento, considerando as ciências e o ensino das ciências, dois campos distintos nos quais a interdisciplinaridade se faz presente.

Vale destacar aqui que os dois principais autores em termos de introdução à teorização e pesquisa sobre Interdisciplinaridade no Brasil são Hilton Japiassu e Ivani Fazenda. Ambos se esforçaram, ao longo dos últimos anos, no intuito de delimitar, elucidar e propor um sentido coerente e sistematizado quanto à interdisciplinaridade. Cabe salientar, que, apesar da constante interlocução entre os autores, e das trocas que seus pensamentos fazem, o primeiro dedicou sua trajetória mais a delimitação epistemológica do termo, enquanto a autora dedicou-se mais para o campo pedagógico.

Fazenda (2008) apresenta a pesquisa interdisciplinar como método que

[...] somente torna-se possível onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto, porém é necessário criar-se uma situação-problema no sentido de Freire (1974), onde a ideia de projeto nasça da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada. Neste caso, convergir não no sentido de uma resposta final, mas para a pesquisa do sentido da pergunta inicialmente enunciada.

Quanto ao termo interdisciplinaridade, Pombo (2003) considera que não há nenhuma estabilidade relativamente a este conceito. Para ela a palavra tem sido usada, abusada e banalizada. A palavra está gasta. Interdisciplinaridade trata-se de um contexto epistemológico, relativo às práticas de transferência de conhecimentos entre disciplinas e seus pares.

Como se sabe, o termo tem uma raiz: disciplina. Mas esse radical, ao invés de funcionar como elemento de fácil significação, constitui um novo procedimento de dispersão de sentido. A palavra disciplina pode ter, pelo menos, três grandes significados, a saber: Disciplina como ramo do saber; Disciplina como componente curricular; Disciplina como conjunto de normas ou leis que regulam uma determinada atividade ou o comportamento de um determinado grupo. Há, portanto, uma flutuação de conceitos no próprio interior da palavra disciplina.

Pombo (2003) procura definir o termo da melhor forma possível, assim, para ela a interdisciplinaridade exige uma convergência de pontos de vista. Para lá de todas as diferenças e disparidades, a interdisciplinaridade é uma palavra que persiste, resiste, reaparece. O que significa que nela e por ela algo de importante se procura pensar.

Passando do nível das palavras ao nível das ideias, ou, se preferirem, das “coisas”, verificamos que a interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes, sempre que nos defrontamos com um daqueles problemas imensos cujo princípio de solução sabemos exigir o concurso de múltiplas e diferentes perspectivas (Pombo, 2003, p. 4).

Japiassu (1976), como um dos pioneiros na questão da interdisciplinaridade no Brasil, diz que cada disciplina se converte num pequeno “feudo intelectual”, cujo proprietário está vigilante contra toda intromissão em seu terreno cercado e metodologicamente protegido contra aqueles que vêm de fora.

Seguindo essa linha de pensamento, Lemos (2006) apresenta a interdisciplinaridade de Japiassu, que parte da disciplinarização, procurando juntar as partes que a pesquisa científica de inspiração positivista separa e territorializa os conhecimentos com fronteiras definidas. Japiassu também diz que este movimento deve ir além do domínio epistemológico, e tornar-se uma diretriz para tomada de ações em favor de uma interpretação da humanidade quanto a sua presença no mundo. Para o autor supracitado, portanto:

A primeira e mais radical justificação de um projeto de pesquisa interdisciplinar que ultrapasse os quadros das diferentes disciplinas científicas, deve, pois, ser procurado na complexidade dos problemas aos quais somos hoje em dia confrontados, para chegar a um conhecimento do humano, se não em sua integridade, pelo menos numa perspectiva de convergência de nossos conhecimentos parcelares. Conscientemente, ou não, os especialistas decompõem o homem em pedaços. De certa forma, colocam-no entre parênteses para só extrair dele um conhecimento chamado de “positivo”, muito embora essa positividade só consiga atingir “algo” do homem, muitos outros “algos” não nos sendo fornecidos, nem mesmo por todas as disciplinas juntas, cada uma estudando um “algo” que lhe seja próprio. Porque se ao saber científico tem precisamente uma base rigorosamente empírica, as “relações” que pretende “explicar” são exatas (pelo menos em certa escala) e verificáveis (direta ou indiretamente), deve-se tomar o método científico como fio condutor de toda a teoria do conhecimento. Somente esse método pode conduzir a um verdadeiro saber positivo. (Japiassu, 1976, p. 62)

Japiassu (1976) ainda diferencia os termos interdisciplinaridade de multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade, sendo os dois últimos referentes apenas a um agrupamento de disciplinas sem relações entre si. Enquanto a interdisciplinaridade, por sua vez, representa conseguir incorporar os resultados de várias especialidades a fim de fazê-los integrarem e convergirem depois de terem sido comparados e julgados. Pode-se dizer que “o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas.”

Nesse sentido, de acordo com Fazenda (2011), “[...] a interdisciplinaridade depende basicamente de uma atitude. Nela a colaboração entre as diversas disciplinas conduz a uma ‘interação’, a uma intersubjetividade como única possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar”. A interdisciplinaridade pressupõe a intersubjetividade, não representa a construção de uma superciência, apenas uma mudança de atitude diante do problema do conhecimento. Portanto, conforme a autora:

‘Interdisciplinaridade’ é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência. [...] Caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando a um enriquecimento mútuo. Não é ciência, nem ciência das ciências, mas é o ponto de encontro entre o movimento de renovação da atitude diante dos problemas de ensino e pesquisa e da aceleração do conhecimento científico. (Fazenda, 2011, p. 73)

Pombo (2003) aborda, ainda, a percepção de interdisciplinaridade ecológica, proposta por Guattari, que defende que a interdisciplinaridade deve passar por uma articulação entre as questões da ciência, da ética e da política, quer dizer, supõe uma espécie de atravessamento de universos que sempre se pensaram como diferentes, não apenas no interior da ciência, mas na relação da ciência com a ética individual e com a política geral.

Outra importante contribuição no assunto é de Morin (2000), autor que parte da ideia de que a totalidade planetária é uma e indivisível, assim como a unidade humana, por isso é preciso despertar a cidadania terrestre. Ele nem menciona a palavra interdisciplinaridade, parte de uma visão global que enfatiza a inerência da relação e da identidade recíproca do todo com as partes e das partes com o todo.

De acordo com Morin (2000) e Rajagopalan (2003) existe um pensamento complexo que inclui texto e contexto e que está sempre presente nas informações transmitidas de pessoas para pessoas. Desta forma os seres humanos, como seres sociais e comunicadores, possuem o poder de construção e regulação da sociedade.

No trecho que segue, isso é definido como um processo de codificação e decodificação dos termos de linguagem,

tratando do "ler entre linhas" como uma questão mais complexa do que a princípio pode parecer. Conforme o autor:

[...] "Codificação/Decodificação"[...] A mensagem é uma estrutura complexa de significado que não é tão simples como se pensa. A recepção não é algo aberto e perfeitamente transparente, que acontece na outra ponta da cadeia de comunicação. E a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear. [] No contexto político existe, ainda, a noção [...] de que o significado não é fixo, de que não existe uma lógica determinante global que nos permita decifrar o significado ou o sentido ideológico da mensagem contra alguma grade. A noção de que o sentido sempre possui várias camadas, de que ele é sempre multirreferencial. (Rajagopalan, 2003, p. 354)

Este processo de "pensamento complexo", no qual se dá a codificação e decodificação consiste na ideia de que cada mensagem codificada aparentemente pressupõe determinada decodificação, desta forma as informações transmitidas pelas pessoas são codificadas exatamente da maneira que elas desejam que sejam decodificadas ou interpretadas, tratando-se da construção de uma representação situada dentro de um discurso.

Para Morin (2000) "somos produtos produtores" o que significa que as pessoas são produtores da sociedade porque sem elas não existe sociedade, desta forma, a existência de uma sociedade com sua cultura, linguagem, normas, leis, regras, etc. produz os indivíduos sociais. Ou seja, os indivíduos produzem a sociedade e a sociedade produz os indivíduos como um processo que se dá em um ciclo.

Isso significa ainda que damos vida às nossas idéias [sic] e, uma vez que lhes damos vida, são elas que indicam o nosso comportamento, que nos mandam matar ou morrer por elas; vale dizer que tais produtos são os nossos próprios produtores [...] (Morin, 2000, p. 25).

Lemos (2006) deixa essas questões abordadas por Japiassu e Morin bem explícitas em seu texto:

[...] um se lança a partir dos compartimentos procurando remendar os pedaços que praticamente já não dialogam entre si, e, o outro, parte da concepção da igualdade das características entre o todo e as partes e prenuncia as medidas que devem ser tomadas para superar as lacunas deixadas pela visão cartesiana que atualmente se impõe. Enfim, o primeiro aborda sobre disciplina e aponta a interdisciplinaridade como recurso válido para superação da mencionada divisão cartesiana; o segundo apresenta o pensamento complexo como melhor opção para superar a crise da superespecialização. Portanto, Morin não é um defensor da interdisciplinaridade (palavra que nem menciona em sua obra) e Japiassu é exclusivamente interdisciplinar. Assim sendo, o vocábulo interdisciplinaridade não cabe para representar a proposta de Morin. (Lemos, 2006, p. 3)

Conforme os autores citados, portanto, é necessário o exercício prático consciente da base teórica como um processo consistente de contraposição ao sistema atual. O objetivo consiste em resgatar a percepção da totalidade perdida quanto ao conhecimento.

Fica claro, então, que a interdisciplinaridade é algo bom e útil na pesquisa científica, inclusive na ciência da informação ao abranger a teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann e a teoria das representações sociais de Moscovici e a teoria do pragmatismo semiótico de Peirce como ficará evidenciado no próximo capítulo.

RELACIONANDO AS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICA: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRAGMATISMO SEMIÓTICO

Dentro do mundo acadêmico, sabe-se que para a realização de uma pesquisa científica é necessário que seja desenvolvida uma fundamentação teórico-metodológica. No caso de uma pesquisa social, no âmbito das ciências sociais aplicadas, dentre outras teorias, consideram-se adequadas duas vertentes que se complementam no estudo do desenvolvimento dos indivíduos em sociedade e da representação acerca dos fenômenos que os cercam. Essas vertentes, produzidas como teorias da sociedade, são a teoria da construção social da realidade e a teoria das representações sociais.

Para entender a construção social da realidade, pode ser empregada a sociologia do conhecimento de Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann, assim como o pensamento referente ao processo social, conforme o sociólogo alemão Norbert Elias. E para compreender as representações sociais, podem ser utilizados os estudos do psicólogo social Serge Moscovici. Outra teoria que pode ser adotada nesse contexto, por abordar as representações signílicas da linguagem, vem da Lógica e da Filosofia, trata-se do pragmatismo semiótico. Para entender essa abordagem, é preciso compreender o universo dos signos e significados conforme o pensamento pragmatista do estadunidense Charles Sanders Peirce e sua teoria geral dos signos e das representações.

Assim, em suas formulações gerais, a construção social da realidade, enquanto explicação do processo socializador do indivíduo e das sociedades, se complementa com a explicação da teoria das representações sociais, na medida em que é pela ocorrência das características do discurso construído pelos indivíduos sociais que se pode detectar

as representações que esses fazem dos fenômenos que os cercam. Enquanto o pragmatismo semiótico auxilia na decodificação dos signos e significados presentes nas entrelinhas dos discursos representados.

Como costuma acontecer na história da humanidade, o nascimento da semiótica enquanto área de conhecimento ocorreu simultaneamente em três lugares diferentes, entre o final do século XIX e o início do XX, mostrando como chegava um momento em que as linguagens e cognições precisavam ser pensadas. Um dos lugares foi a União Soviética, a partir de trabalhos de filologia com Vigotski, o cineasta Eisenstein e Mikhail Bakhtin. Cada um deles constituiu uma trajetória de distinção, talvez não seja pecado afirmar que o que os une é a preocupação em relacionar os estudos dos signos com as questões sociais (Noth, 1996).

Outro lugar em que a semiótica floresceu foi Genebra, a partir das aulas de Ferdinand Saussure, anotadas por alunos, dando origem à Linguística, altamente influente na área de Letras, na Teoria Literária e também na Antropologia. Conforme Noth (1996) a semiótica do século XX teve contribuição de diversos pensadores, tais como Roman Jakobson com uma abordagem funcionalista; Roland Barthes, destacando principalmente a linguagem visual; Greimas, com uma proposta narrativa; Umberto Eco e sua tentativa de reavaliar a proposta estruturalista; Charles Morris e seu projeto behaviorista, dentre outros pensadores.

Um terceiro lugar em que a semiótica floresceu foi nos Estados Unidos, por meio do cientista Charles Sanders Peirce (1839-1914), estudioso das mais diversas áreas, da Lógica à Filosofia, interessado em um leque enormemente abrangente de questões, destaca-se por seu aprofundamento na teoria pragmática, metafísica.

Estas vertentes não são excludentes, são colaborativas. Em qualquer área de conhecimento, há teorias diferentes que ora entram em contradição, ora entram mesmo em paradoxo, ou seja, situações em que posições divergentes têm, cada uma, sua justificativa pertinente.

Cada vertente da semiótica tem uma visão de mundo, que pode ser caracterizada de forma didática e simplista: socialista, no caso da soviética; estruturalista, em sua vertente europeia; fenomenológica, em Peirce. Escolher uma teoria diz respeito a buscar o arranjo apropriado para responder às problemáticas que o pesquisador elabora, e, fundamentalmente, diz respeito também à escolha de um campo de visão, de uma perspectiva.

Este texto enfoca a semiótica a partir de Charles Sanders Peirce. Esse pensador observava e estudava o mundo a sua volta com voracidade. Sua capacidade de tráfegar em diferentes áreas era espantosa, e certamente está relacionada com a ousada proposição feita ainda jovem: tinha por hipótese que os fenômenos deviam ter algo em comum, queria distinguir categorias fundamentais que estivessem presentes em qualquer processo relacional.

A semiótica de Peirce (2000) está baseada nas categorias fenomenológicas a que chegou, e que precisa de compreensão para se iniciar o aprendizado em semiótica. Todo e qualquer fenômeno, seja ele cultural, natural, social, individual, comunicativo, cognitivo; toda troca de informações ou afetos, corresponde às categorias encontradas por Peirce, que são o fundamento fenomenológico de sua semiótica.

Para o objetivo deste texto, parece suficiente ter em mente que há diversas fenomenologias, e que elas têm em comum o entendimento de que as coisas ou fatos não são conhecidos diretamente, como aponta Almeida (2003), pois há sempre a mediação de uma mente ou de um signo.

Peirce (2000) constituiu uma fenomenologia própria, assentada nas três categorias que percebe em todos os fenômenos, essas categorias foram nominadas primeiridade, secundidade e terceiridade. A terceiridade está assentada na secundidade e primeiridade; a secundidade está assentada na primeiridade; a primeiridade é autônoma. Em outras palavras, não há terceiro sem segundo e primeiro; não há segundo sem primeiro. Há primeiro. Estas são as categorias básicas de todas as coisas, sejam físicas, psicológicas, reais, sonhadas ou imaginárias.

A primeiridade é livre e original, da qualidade do sentir e do ser presente. Não pode ser analisada, pensada, pois o pensamento demanda tempo, o que retira a sensação do presente. A análise divide seu objeto em partes, e a primeiridade é indivisível. Qualquer processo emocional ou de pensamento tem uma base de primeiridade, de sentimento, precedida pela secundidade, que diz respeito à ação e reação dos objetos, que podem ser coisas ou ideias, reais ou imaginários. A ação e reação têm por fundo os sentimentos da primeiridade, que começam a se manifestar por meio do encontro com algo. A primeiridade e a secundidade apresentam percepções imediatas, a primeiridade não faz referência alguma, é livre, novidade. A secundidade apresenta a questão da percepção do outro, alteridade, ou seja, nesse patamar já existe relação. E a terceiridade consiste em uma percepção mediatizada, ou seja, envolve mediação, reflexão e, por fim, representação. As três categorias são a base constituinte de qualquer fenômeno.

Mas não para por aí, Peirce (2000) vai além e trata dos três tipos de raciocínio, sendo eles: Dedução; Indução e Abdução. Deduzir é um raciocínio necessário, quando se parte de um estado de coisas hipotéticas abstratas. Indução pode ser entendida como um curso de investigação experimental que se baseia em uma suposição. Abdução é um processo de formação de uma hipótese explanatória, trata-se da apresentação de uma ideia nova. A abdução simplesmente oferece sugestões. A Abdução simplesmente sugere que alguma coisa pode ser. Essa sugestão se faz com argumentos. O argumento, neste caso, é explícito, é uma conclusão.

Com tudo isso dito, o Pragmatismo é apresentado como a questão Lógica da Abdução. Em uma espécie de esquema seria mais ou menos o seguinte: Partindo de um objetivo são formuladas questões pragmáticas ou abduções que possam atender ao objetivo estipulado, daí são formuladas hipóteses explanatórias, com argumentos consistentes, pois, caso contrário, os argumentos não passaram pela fase de experiência (e se o argumento não é válido, trata-se de uma “falácia”, ou seja, algo falso), mas, uma vez dadas explicações, essas são consideradas apenas sugestões de soluções possíveis para as questões levantadas.

O pragmatismo é definido como teoria dos métodos do pensamento que aborda os fluxos do pensamento na explicação de fenômenos experimentais. Para Peirce, portanto, a ciência deveria começar com um esforço para desvendar as classes naturais dadas pela observação, ou seja, pela fenomenologia. Feita a tipologia, a ciência deveria então proceder em classificar, isto é, arranjar as classes naturais de acordo com suas relações e afinidades. Tratando-se de uma classificação arquitetônica de todas as possíveis ciências (Ibri, 1992).

De certo ponto de vista, Peirce poderia ser considerado um grande bibliotecário, especialista em classificação da informação. O que ele queria era formular um método pragmático que viabilizasse o conhecimento de todas as coisas. Buscava um universo inteligível no qual todos os fenômenos pudessem ser experienciados.

Nesse sentido vale refletir a obra de Peirce (2000) como um todo, sem se prender em pormenores. Trata-se de um estudioso que resolveu dedicar a vida inteira para estudar e tentar entender e explicar como funciona o pensamento, os processos cognitivos, como as pessoas representam suas percepções de mundo por meio do pensamento verbalizado, a fala. Silveira (2007) lembra que, para Peirce (2000), o conhecimento está representando um universo de experiências possíveis e a mente será a instância interpretante de todos os signos que, em conexão uns com os outros, representam esse universo real.

Mas o que é essa dita realidade passível de representação? Blikstein (1985) diz que a realidade, na verdade, é inventada, “fabricada”, trata-se de uma ilusão. O autor considera que aquilo que as pessoas julgam ser a realidade, não passa de uma percepção obscura devido à miríade de estereótipos culturais, tal qual a teoria da construção social da realidade explica. Assim, a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação linguística que faz o recorte da realidade. Desta forma os significados já vão sendo desenhados na própria percepção cognitiva da realidade. Seguindo esse raciocínio, (Blikstein, 1985, p. 20) diz: “Para Charles S. Peirce, um dos fundadores da semiótica, a característica básica do signo é a de poder representar as coisas ou objetos”. Trata-se de um processo de “inculcação semiológica”, todo processo educativo e de socialização é tributário da representatividade do signo, a educação não passa de uma construção semiológica. Nota-se claramente a questão da representação como um processo semiótico, como (Ribeiro, 2010, p. 39) aborda a questão, os signos verbais são passíveis de leitura, comunicação verbal, troca de opiniões, percepções em constante transformação. O autor diz: “[...] signos que representam e que, ao mesmo tempo, são representados”. O pragmatismo semiótico é uma teoria de representações que apresenta conceitos semióticos dos quais é possível extrair estratégias metodológicas para pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

No instante em que considera “linguagem” como “representação” e entende que para interpretarmos o universo que nos cerca é necessário criarmos linguagens para representar, Peirce vê representação como um conteúdo apreendido pelos sentidos, pela memória, pela imaginação, pelo pensamento, e caracteriza a semiótica como a “Teoria Geral dos Signos” ou “Teoria Geral das Representações”. (Ribeiro, 2010, p. 40)

E o autor complementa com aporte em Santaella ao afirmar que “o signo é uma coisa que representa outra coisa”, em seguida, citando o próprio Peirce, Ribeiro (2010) diz que o objeto de interpretação é uma representação que a primeira representação interpreta, ou seja, trata-se de uma série sem fim de representações, cada uma delas representando a anterior fazendo com que a significação de uma representação seja outra representação.

Almeida (2005) procura explicar a natureza da representação retomando o conceito de signo, considerando que, quando uma pessoa deseja distinguir entre aquilo que representa e o ato de representação, na realidade ela está tentando distinguir o “representâmen” do último, que é a representação propriamente dita.

O ato de representação para Peirce não é uma atividade involuntária, que não se correlaciona com o conhecimento. Quando há representação, temos a produção de um novo conhecimento. O próprio conhecimento depende da representação para constituir-se em uma leitura particular da realidade e do mundo, de modo a não termos acesso ao mundo vivido sem a representação. O processo de representação supõe a tradução de signos; não podemos representar o mundo ou o conhecimento sobre ele sem dispor de signos, e a cada instante que nos aproximamos de uma realidade a ser conhecida, representamos. Quando diminuímos a distância de uma relação direta com a realidade, esta já está contaminada de representações. E quando conhecimentos e fazemos com que outros conheçam a partir de nós, estamos representando e fazendo nossas traduções para que outros sujeitos possam traduzir, o que, a rigor, também é criar signos. (Almeida, 2005, p. 5)

Fica claro, então, o pragmatismo semiótico como teoria geral das representações. Desta se origina a teoria das representações sociais, muito embora esse elo precursor não esteja evidenciado na teoria de Moscovici, mas não

tem como deixar de ser, não apenas pelo aspecto temporal, sendo que Peirce viveu e formulou sua teoria muitos anos antes de Moscovici, mas também e, principalmente pelo fato da teoria geral das representações anteceder teoricamente a ideia de representação social ou de representação reificada ou de qualquer forma de representação. Portanto, considera-se de fundamental importância o aporte teórico na teoria de origem das demais abordagens teóricas adotadas para uma pesquisa científica.

Conforme apresentado na dissertação de mestrado de [Stumpf \(2012\)](#), pode-se observar a junção das teorias da representação social de Serge Moscovici e da construção social da realidade de Ludwig Berger e Thomas Luckmann no desenvolvimento de uma pesquisa científica no campo da ciência da informação no Brasil. Essas teorias tratam de uma temática que se insere no campo de estudos conhecido como Sociologia do Conhecimento, reconhecido por se ocupar das relações entre pensamento e o contexto social na construção social da realidade.

Conforme [Berger e Luckmann \(1973\)](#), a realidade é construída socialmente de forma objetiva e subjetiva, repletas de interpretações que são representadas por meio da comunicação. Essas representações também fazem parte da construção social da realidade. Isso significa que o homem constrói e é construído pela sociedade.

Segundo esses autores, a construção social da realidade abrange um processo em três níveis: o do indivíduo, o do grupo e o da sociedade. O indivíduo percebe os fatos, aplica a eles os seus valores, formula o seu conhecimento, formando assim a sua representação individual. Com a interação desse indivíduo com outros vários grupos, as suas ideias também contribuirão na formação da ideologia desses grupos, de acordo com o contexto social em que eles estão inseridos.

É mais ou menos desta forma que os indivíduos humanos, seres sociáveis, criadores e formadores do que hoje é chamado de sociedade, transformam, ao longo do tempo, a sociedade que inventaram e, desta forma, a reinventam todos os dias.

Desta forma, é por meio das atividades elementares do cotidiano que se transforma lentamente a maneira como os indivíduos se comportam e sentem. Mudanças nas regras sociais e no modo como os indivíduos as percebem ocorrem no rumo de uma civilização gradual, como é possível verificar nas explicações de [Elias \(1993, 1994\)](#), gerando comportamentos diferentes dos costumes observados em outra época, e sentimentos como vergonha e medo, além da ideia de um padrão de moral e costumes, de tato social, consideração pelo próximo e, numerosas questões complexas.

Nesse sentido, de acordo com a teoria da construção social da realidade, o ser humano é produto e produtor, ou seja, como em um ciclo, ele não apenas é criado pela realidade social na qual está inserido, como também é o seu criador. Isso ocorre na medida em que o indivíduo atribui valor a suas ações. Essas ações tornam-se habituais e são institucionalizadas, servindo de referência para o seu acervo geral de conhecimentos, auxiliando-o na tomada de decisões cotidianas que afetam diretamente a realidade social que está sendo constantemente reconstruída.

De acordo com [Elias \(1994\)](#), as transações de uma fase deste processo civilizador para outra não podem ser determinadas com absoluta exatidão; entretanto, observa-se que a primeira fase, a fase medieval, no florescimento da sociedade feudal e cortês, apresentava, por exemplo, o hábito de comer com as mãos. Depois veio uma fase de mudanças muito rápidas, abrangendo os séculos XVI, XVII e XVIII, na qual se renovou o padrão de maneiras à mesa.

Ainda conforme [Elias \(1994\)](#), sabe-se que, além das regras de etiqueta, muitas peculiaridades como a forma de assoar, de escarrar, o comportamento no quarto, as mudanças de atitudes nas relações entre os sexos, na agressividade, e muitas outras, transformaram-se, com o passar do tempo, e modificaram o modo de agir e pensar dos homens.

Assim, no estudo que ora é relatado considerou-se a realidade social como um processo em construção, no qual, seres humanos portam papéis sociais, interagem e se comunicam. Essas relações contribuem para que o indivíduo dê sentido à realidade social que está constantemente construindo, utilizando-se de conhecimento adquirido na interação com o outro. O que lhe permite se reconhecer como parte dessa realidade construída.

No processo de construção social da realidade, o estudo das representações que uma sociedade elabora sobre suas práticas cotidianas é fundamental para a compreensão do processo de construção de significados que dará sentido a essa realidade. Nesse processo, o indivíduo desempenha relações de subjetividade, por seus pensamentos e de objetividade, por suas ações. Por isso, trata-se de um campo de investigação tomado para estudo, tanto pela sociologia, quanto pela psicologia. É por essa razão que a teoria das representações sociais é uma abordagem da psicologia social, pois cabe a ela tratar das relações entre as pessoas, ou seja, das interações sociais.

O conceito de representação social, que denomina a teoria foi introduzido por Serge Moscovici em sua tese de doutorado, que mostrou a representação social da psicanálise em grupos diversos. Moscovici elaborou a teoria das representações sociais fundamentando-se em conhecimentos construídos por outros autores. Dentre as suas influências teóricas, destacam-se as ideias de Émile Durkheim. Na visão durkheimiana, o objeto de qualquer ciência é descobrir, e qualquer descobrimento desconcerta as opiniões estabelecidas. Por isso considera o conhecimento como um instrumento de liberdade e de poder no meio social, principalmente nas relações de

trabalho. E, quase que prevendo o aprimoramento de futuros teóricos como Moscovici, já alertava que, em questão de métodos, nada se pode fazer que não seja provisório, pois os métodos mudam à medida que a ciência evolui.

De qualquer forma, a contribuição de Durkheim foi fundamental para o desenvolvimento da teoria das representações sociais. Primeiro por ter sido o autor que entendeu e nomeou a sociologia como uma nova ciência social ao sugerir que ela só pode ser considerada uma ciência de fato ao estabelecer um objeto específico de investigação.

Moscovici vai proceder à remodelagem do conceito durkheimiano. Ele caminhou guiado pela necessidade de atualizar o conceito, trazê-lo para as condições de hoje, de sociedades contemporâneas imersas na intensa divisão do trabalho, nas quais a dimensão da especialização bem como a da informação tornaram-se componentes decisivos nas vidas das pessoas e dos grupos. Atualizar significava, ao mesmo tempo, tornar o conceito operacional para ser aplicável em sociedades com essas características. Para Moscovici (2004), numa abordagem da psicologia social, as representações sociais são uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana. Assim, essa teoria aborda, além das maneiras como as pessoas se relacionam com o conhecimento, o estudo de como e por que as pessoas partilham dele e o transformam em sua realidade comum. Dessa maneira, investiga-se o processo no qual o conhecimento é concebido, transformado e novamente transmitido ao mundo social.

Com tecnologias da informação e da comunicação tais como o rádio, a televisão e mais tarde a Internet, estabeleceu-se o fenômeno das representações sociais. Os conhecimentos passaram a ser recriados pela população e as pessoas passaram a compartilhar cada vez mais e, em escala cada vez maior, suas teorias sobre o mundo e a vida em sociedade.

É importante frisar, todavia, que as pessoas constroem as representações sociais coletivamente ou incorporam representações sociais já construídas, mas não são passivas, como diz Moscovici (2004). Pode-se assumir que indivíduos e grupos são qualquer coisa, menos receptores passivos, e que eles pensam de forma autônoma, constantemente produzindo e comunicando representações.

Assim, quando se estudam representações sociais, o que se está estudando são seres humanos que pensam, e não apenas manipulam informação ou agem de uma determinada maneira. O que se está estudando na realidade é o esforço humano para compreender os fenômenos do meio onde está inserido, tal qual já propunha Peirce (2000).

Para fundamentar o saber prático na sociedade contemporânea, Moscovici (2004) recorre a dois processos: ancoragem e objetivação. As representações sociais são criadas por estes processos que são mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e conclusões passadas.

A ancoragem permite que algo desconhecido e inquietante, que incita a curiosidade, seja incorporado uma rede de categorias que permitem ao indivíduo compará-la com o que é considerado um membro típico desta categoria. Ancorar obviamente significa classificar e rotular. Portanto, ancoragem serve para enraizar, classificar e nomear. Uma ancoragem pode ter base em uma ideologia, em uma filosofia, em política, em religião etc. A ancoragem, portanto, é um processo que transfere o desconhecido para um esquema de referência ou, rede de categorias, permitindo comparação e interpretação.

Resumindo, Moscovici (2004) define as representações sociais como um sistema de valores, ideias e práticas que estabelecem ordem e que possibilitam às pessoas se orientarem em seu mundo material e social, bem como controlá-lo. E ainda, elas tornam possível a comunicação entre os membros da comunidade, uma vez que fornecem um código para nomear e classificar os vários aspectos do seu mundo e da história individual e social.

É possível observar, portanto, as semelhanças entre as teorias de Moscovici e de Peirce e suas associações com a teoria da construção social da realidade e como todas juntas podem contribuir no processo de análise em pesquisas científicas, inclusive no campo da ciência da informação.

Uma vez que a ciência é responsável por explicar e reconstruir a realidade, a metodologia ocupa lugar central no campo das teorias científicas. Nesse sentido, Gasque (2007) aponta que a ciência tem a função de compreender e explicar, mesmo que provisoriamente, os fenômenos sociais e naturais, centrando-se em questões particulares e buscando desafiar crenças convencionais. Para isso, os cientistas utilizam teorias metodológicas como caminhos para abordar a realidade em busca de respostas. Por isso, compreende-se como essencial a articulação de teorias metodológicas de pesquisa para que sejam direcionadas à produção de um novo conhecimento.

Braga (2007) destaca que este é um ponto que merece consideração, uma vez que a pesquisa social pode utilizar, optar entre uma gama de teorias metodológicas, ou, ainda, uma combinação de duas ou mais. Além disso, nenhuma dessas teorias pode ser considerada mais científica do que a outra, tampouco a escolha de uma ou outra, por si só, torna a pesquisa mais objetiva ou permite maior compreensão do fenômeno social. Cabe ao pesquisador, portanto, decidir qual ou quais as teorias metodológicas mais adequadas para melhor compreensão do fenômeno estudado.

Segundo Braga (2007), o paradigma fenomenológico parte da premissa de que a realidade social também está dentro do pesquisador e, por isso, a ação de investigá-la gera também um efeito sobre ela. Isso significa que a subjetividade do indivíduo, tanto do pesquisador quanto do sujeito investigado na pesquisa, deve ser levada em

consideração. Assim, o objetivo das pesquisas que adotam o paradigma fenomenológico é obter visão aprofundada da realidade. Berger e Luckmann (1994, p. 36), por exemplo, consideram a análise fenomenológica como o “método mais conveniente para esclarecer os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana”.

O interacionismo simbólico, tal qual Braga (2007) apresenta, trata das atribuições dos significados subjetivos dados pelos indivíduos aos objetos, às atividades e aos ambientes em que vivem ou trabalham. Assim, o papel do pesquisador é o de reconstruir e compreender os fenômenos sociais a partir da análise desses pontos de vista subjetivos dos participantes.

Esse modelo interacionista se encaixa na busca pela ancoragem que possa estar por trás das representações sociais. Conforme demonstra a teoria das representações sociais, Moscovici (2004), às vezes o indivíduo formula representações de visão de mundo, de forma parcialmente inconsciente, ou seja, de acordo com ancoragens das quais ele não percebe sofrer influência. Vale salientar, ainda, que as teorias da construção social da realidade e das representações sociais também encontram fundamentação em parte das ideias de Sigmund Freud ao que tange a capacidade do inconsciente dos seres humanos.

Nesse tipo de pesquisa, portanto, os dados são coletados, decodificados e analisados de forma sistemática e simultânea até a saturação teórica. Muitas técnicas de coleta de dados podem ser utilizadas nesse tipo de pesquisa, mas, independentemente do método utilizado, Gasque (2007) afirma que a análise se concentra firmemente na interpretação dos dados. Para tal empreendimento deve-se utilizar a “sensibilidade teórica”, compreendida como a destreza para olhar os dados com perspicácia e imaginação, com o objetivo de verificar a relevância dos dados e discernir o que é ou não é pertinente ao estudo (Gasque, 2007).

Como é possível ver em Stumpf (2012), uma técnica de coleta de dados que pode ser associada no uso dessas teorias em uma pesquisa científica no campo da ciência da informação é a técnica do discurso do sujeito coletivo, formulada por Lefèvre e Lefèvre (2005). Nesse sentido Almeida explica que o

O DSC facilita a tabulação dos dados, a sistematização e a análise das respostas em pesquisas sociais, porque consiste em uma estratégia diferente de tratamento dos discursos e porque não separa as falas individuais da coletiva, mas une-as em um discurso coletivo (Almeida, 2005, p. 70).

A técnica do DSC consiste na classificação dos dados levantados em categorias de análise denominadas como: Expressão Chave (ECH); Ideia Central (IC) e Ancoragem (AC). Uma vez que são identificadas e registradas as expressões chave, ou seja, os destaques de trechos relevantes para os objetivos da pesquisa e a ideia central, ou seja, a descrição mais sucinta e objetiva possível do que trata o texto, restando apenas analisar estes discursos e observar se eles apresentam ideias centrais semelhantes ou complementares. Desta forma, é possível individualizar conjuntos de discursos, descrevendo, positivamente, suas especificidades semânticas para poder distingui-los de outros discursos portadores de outras especificidades semânticas. Assim, enquanto a ideia central sintetiza o discurso, as expressões chave apresentam o conteúdo e/ou substância desse discurso, evidenciando os discursos coletivos existentes nas falas dos entrevistados na pesquisa.

A sensibilidade teórica é proveniente de uma orientação teórica significativa para o alcance dos objetivos propostos. Trata-se de uma fundamentação bibliográfica, na medida em que se busca esclarecer problemas examinando a literatura pertinente sobre o assunto, identificando e consultando materiais (livros e artigos de autores fundadores das teorias abordadas e de extrema relevância aos propósitos do trabalho).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das ciências sociais aplicadas, a adoção conjunta da teoria do pragmatismo semiótico e das teorias metodológicas sociais, é bastante pertinente para fundamentar teoricamente uma pesquisa. Existe a necessidade de que o pesquisador seja cuidadoso no momento de fazer a abordagem metodológica, que deverá estar de acordo com as teorias adotadas para o estudo.

Cada pesquisa científica apresenta suas particularidades, portanto, é importante que se faça uma investigação acerca das teorias, metodologias e abordagens que se adequem melhor aos propósitos de cada caso.

Com essa breve revisão de literatura é destacado o pragmatismo semiótico de Peirce (2000), considerando, ainda, uma parte referente à construção social da realidade, de Berger e Luckmann (1973), além das contribuições de Elias (1993, 1994), e, também, as representações sociais, de Moscovici, um conjunto de abordagens que, em suas formulações gerais, mostram como a construção social da realidade, enquanto explicação do processo socializador do indivíduo e das sociedades, se complementa com a explicação da teoria das representações sociais à medida que é pela ocorrência das características do discurso construído pelos indivíduos sociais em interação que se pode detectar as representações que esses fazem dos fenômenos que os cercam. Enquanto o pragmatismo semiótico auxilia na decodificação dos signos e significados presentes nas entrelinhas dos discursos representados.

Com tudo isso dito conclui-se que a junção das teorias aqui apresentadas não só é pertinente no âmbito da pesquisa científica na ciência da informação, como também poderá auxiliar em seu desenvolvimento futuro.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C. C. (2003). Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. In *13 anais do encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*. Rio de Janeiro: Universidade do Porto. Recuperado de <http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19540.pdf>
- Almeida, C. C. (2005). Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do social. In *Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação* (p. 59–80). São Paulo: Polis.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1973). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (3a. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1994). *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes.
- Blikstein, I. (1985). *Kaspar hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix.
- Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. In S. P. M. Mueller (Ed.), *Métodos para a pesquisa em ciência da informação* (p. 17–38). Brasília: Thesaurus.
- Elias, N. (1993). *O processo civilizador: uma história dos costumes* (v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador: formação do estado e civilização* (v. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fazenda, I. C. A. (2008). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.
- Fazenda, I. C. A. (2011). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro* (6a. ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Gasque, K. C. G. D. (2007). Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In S. P. M. Mueller (Ed.), *Métodos para a pesquisa em ciência da informação* (p. 83–118). Brasília: Thesaurus.
- Ibri, I. A. (1992). *Kósmos noetós: arquitetura metafísica de charles s. peirce*. São Paulo: Perspectiva.
- Japiassu, H. (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2005). *Discurso do sujeito coletivo*. Caxias do Sul: Educs.
- Lemos, G. S. (2006). Interdisciplinaridade e pensamento complexo: dois caminhos em busca da totalidade perdida. In *2 anais do seminário nacional de filosofia e educação*. Santa Maria, RS.
- Morin, E. (2000). Da necessidade de um pensamento complexo. In *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura* (2a. ed., p. 19–42). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (2a. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Noth, W. (1996). *Semiótica do século XX*. São Paulo: Annablume.
- Peirce, C. S. (2000). *Semiótica* (3a. ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Pombo, O. (2003). Epistemologia da interdisciplinaridade. In *Anais do seminário internacional interdisciplinaridade, humanismo*. Asprela, Portugal: Universidade do Porto.
- Rajagopalan, K. (2003). Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Ribeiro, E. S. (2010). Leitura como processo semiótico. *Leitura em Revista*(1), 38–48.
- Silveira, L. F. (2007). *Curso de semiótica geral*. São Paulo: Quartier Latin.
- Stumpf, K. (2012). *Ética em bibliotecas universitárias: representações expressas no discurso de bibliotecários*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.

Como citar este artigo (APA):

Stumpf, K. (2020). Interdisciplinaridade teórico-metodológica: o universo das representações de Peirce e Moscovici. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 9(1), 1 – 10. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v9i1.67324>